



**BCPREVI – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Balneário Camboriú visa a dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os seus beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que atendam às seguintes finalidades: - garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, idade avançada e falecimento. Finalidades atingidas por intermédio dos seguintes benefícios previdenciários constitucionais: Aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, por invalidez, aposentadoria compulsória e pensão por morte.

I – INFORMAÇÕES GERAIS:

Autarquia Municipal, com personalidade jurídica própria.

Lei de Criação: Lei n.º 2.421/2004

Estatuto do BCPREVI: Decreto n.º 4.050/04

CNPJ: 07.252.009/0001-39

Endereço: Rua Dinamarca, n.º 175, Sala 01, Bairro das Nações, Balneário Camboriú – SC,
CEP 88.338-315

Fone (fax): 3360-6253

- RESPONSÁVEIS:

Diretor Presidente: JONATHAN LAURO ROSSI MACHADO

CPF: 058.798.089-39

Endereço: Rua paraguai, 980, Bairro das Nações, Baln. Camboriú - SC

Fone: (47) 9.9278-6375

Diretor Financeiro: ROGÉRIO KUNZLER

CPF: 442.879.680-34

Endereço: Rua 1500, n.º 1475, centro, Balneário Camboriú - SC

Fone: (47) 9.9997-5199

- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL:

A organização e administração do BCPREVI compõe-se de: - Conselho Administrativo; Conselho Fiscal; e Diretoria Executiva.

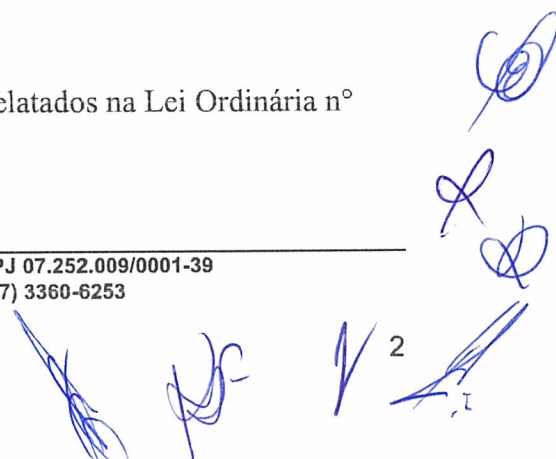
Conselho Administrativo: Composto por 08 (oito) membros nomeados pelo chefe do executivo, os quais, 02 (dois) do quadro dos servidores ativos, e 01 (um) dentre os servidores inativos. 04 (quatro) serão eleitos, sendo que destes 02 (dois) serão dos quadro dos servidores ativos e 02 (dois) do quadro dos servidores inativos. O presidente do BCPREVI é membro nato com direito a voto. O mandato do conselho administrativo será de 03 (três) anos, permitida a reeleição, com exceção de 1/3 dos seus membros a cada mandato, sendo assim obrigatório a renovação.

Conselho Fiscal: Composto por 05 (cinco) membros nomeados pelo chefe do executivo, sendo 02 (dois) indicados pelo Prefeito, dentre os servidores ativos. Os demais serão eleitos dentre os ativos e inativos, para um mandato de 03 (três) anos, permitida reeleição, desde que, com renovação de 2/5 dos membros a cada mandato.

A Diretoria Executiva é composta por 03 (três) membros nomeados pelo chefe do Poder Executivo, sendo: Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Benefícios. Tais cargos serão exercidos com exclusividade de dedicação e providos em comissão, assim como os demais cargos comissionados do BCPREVI: Procurador Jurídico e Coordenador Administrativo.

- COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS:

As competências dos órgãos colegiados estão relatados na Lei Ordinária nº 2.421 de 2004, conforme segue:



Art. 15 Compete ao Conselho Administrativo:

- I - eleger o seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário;
- II - estabelecer as diretrizes gerais da política de gestão do Instituto;
- III - aprovar o plano de custeio, os planos de aplicação financeira dos recursos do Instituto, bem como de seu patrimônio;
- IV - elaborar e votar o Regimento Interno do Conselho;
- V - aprovar o orçamento do Instituto;
- VI - solicitar ao Executivo Municipal abertura de créditos suplementares e especiais;
- VII - propor ao Executivo a instituição e/ou exclusão de benefícios;
- VIII - aprovar as Contas do Instituto, após análise do Conselho Fiscal;
- IX - promover a avaliação técnica e atuarial do Instituto;
- X - deliberar sobre a aceitabilidade de doações e legados com encargos;
- XI - autorizar despesas extraordinárias, propostas pela Diretoria Executiva;
- XII - fiscalizar os atos de gerenciamento da Diretoria Executiva;
- XIII - autorizar o parcelamento de débitos patronais existentes.

Art. 16 Compete ao Conselho Fiscal:

- I - eleger o seu Presidente;
- II - examinar os balancetes mensais e as contas, emitindo parecer a respeito;
- III - pronunciar-se sobre despesas extraordinárias autorizadas pelo Conselho Administrativo;
- IV - elaborar e votar seu Regimento Interno;
- V - propor ao Conselho Administrativo medidas que julgar convenientes.

Art. 17 São atribuições do Diretor Presidente:

- a) representar o Instituto, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- b) participar das reuniões do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal;
- c) movimentar as contas bancárias do Instituto, em conjunto com o Diretor Financeiro;
- d) gerenciar os recursos humanos do Instituto;
- e) autorizar licitações e contratações;
- f) prestar contas de sua administração;
- g) prestar informações solicitadas pelos órgãos competentes;
- h) encaminhar ao órgão competente a proposta de orçamento;

- i) apresentar ao Conselho Administrativo e Fiscal, até o dia 31 de março, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior, bem como prestação de contas, enviando cópia do primeiro ao Executivo e ao Legislativo Municipal;
- j) emitir resoluções e portarias no âmbito de suas atribuições.

Art.18 São atribuições do Diretor Financeiro:

- a) dirigir e responder pela execução dos programas de trabalho do Instituto, de acordo com a política e diretrizes estabelecidas;
- b) assistir ao Diretor Presidente no desempenho de suas atribuições;
- c) praticar os atos de gestão, necessários para assegurar a consecução dos objetivos do Instituto;
- d) cumprir e fazer cumprir todas as demais normas e disposições legais disciplinadoras das atividades do Instituto;
- e) encaminhar ao Diretor Presidente, dentro dos prazos estabelecidos, a proposta orçamentária da autarquia;
- f) estudar e propor, ao Diretor Presidente, reajustamentos de elementos da receita e da despesa e quaisquer atos administrativos, visando assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do Instituto;
- g) emitir cheques, movimentar contas bancárias e aplicações financeiras, em conjunto com o Diretor Presidente;
- h) elaborar as demonstrações e análises necessárias para efeito de arrecadação, registro e controle;
- i) substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos e ausências;
- j) promover o desenvolvimento de sistemas informatizados que objetivem à agilização de suas atribuições.
- k) supervisionar as atividades do Coordenador Administrativo.

Art. 19 São atribuições do Diretor de Benefícios:

- a) analisar, emitir parecer, proceder à concessão e ou indeferimento dos benefícios requeridos;
- b) coordenar o registro e atualização dos assentamentos dos segurados e pensionistas, e da documentação e arquivo dos respectivos processos;
- c) solicitar requisições de empenho de despesas, notas de cancelamento e outros documentos necessários à formalização de processos e outros expedientes;
- d) expedir declarações decorrentes de seus registros e assentamentos;
- e) orientar segurados e dependentes e realizar investigações "in loco", se necessário, para a análise dos processos em andamento;
- f) participar das reuniões com segurados e com os membros dos Conselhos para esclarecimentos relativos à sua área de atuação;
- g) promover o desenvolvimento de sistemas informatizados que objetivem a agilização de suas atribuições.

- h) apresentar propostas de alteração e adequação do BCPREVI às legislações existentes.
- i) substituir o Diretor Financeiro nos seus impedimentos e ausências.

II – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) – 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

Segundo a Lei Ordinária Municipal nº 4.358 de 2019 (LOA) O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Balneário Camboriú é responsável apenas por 03 (três) programas dentro do orçamento do município:

- **(4004) – GESTÃO MODERNA, EFICAZ E TRANSPARENTE:** com orçamento estimado de **R\$ 35.000,00** (trinta e cinco mil reais), e necessária suplementação posterior de R\$ 1.779,24 (Um mil, setecentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos), sendo desmembrado em 01 (uma) Ação, conforme segue:

2.192 - Manutenção das ações de Educação e Cultura Previdenciária	R\$ 36.779,24
---	---------------

- **(4028) – GESTÃO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO BCPREVI:** com orçamento inicial estimado de **R\$ 6.559.956,00** (Seis milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta e seis reais), e necessária suplementação posterior de R\$ 1.400.000,00 (Um milhão, quatrocentos mil reais) sendo desmembrado em 04 (quatro) Ações, conforme segue:

1.27 - Aquisição de Veículo para o BCPREVI	R\$ 100.000,00
1.28 - Construção da Sede Administrativa do BCPREVI	R\$ 200.000,00
2.45 – Gestão da Taxa de Administração do BCPREVI	R\$ 4.773.456,00
0.1 – Contribuição ao PASEP – BCPREVI	R\$ 2.886.500,00

- **(4029) GESTÃO DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS DO BCPREVI:** com orçamento inicial estimado de **R\$ 152.107.820,36** (cento e cinquenta e dois milhões, cento e sete mil, oitocentos e vinte reais e trinta e seis centavos), e necessária suplementação

posterior de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo desmembrado em 03 (três) Ações, conforme segue:

2.47 – Pagamento Benefícios Previdenciários – RPPS R\$ 74.410.000,00;

2.48 – Pagamento de Sentenças e precatórios do RPPS R\$ 250.000,00;

0.2 – Reserva para benefícios Previdenciários R\$ 77.547.820,36;

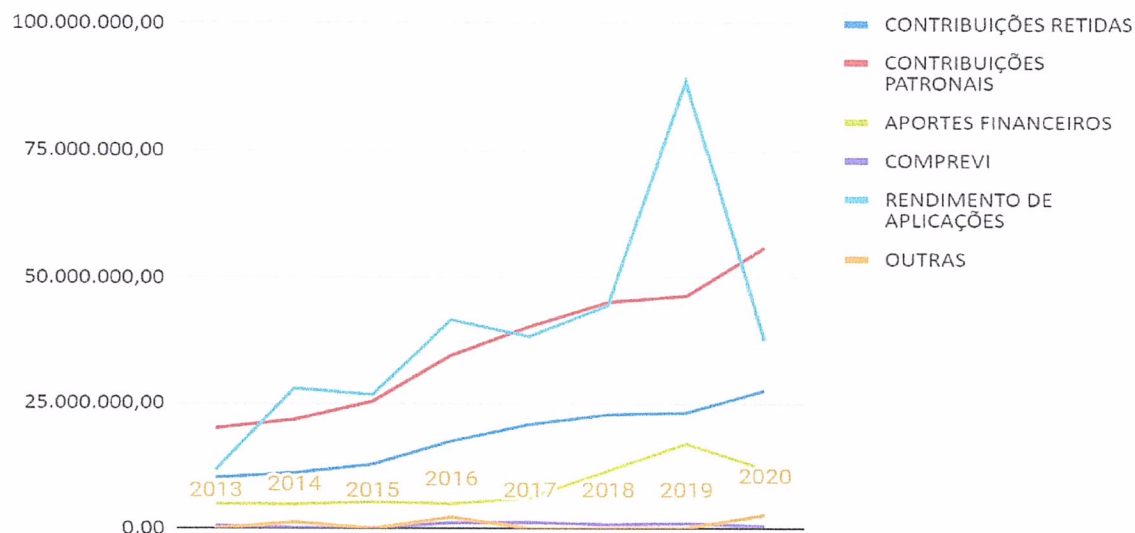
a) – 2. METAS FÍSICAS e FINANCEIRAS

Sobre a gestão financeira cabe apresentar inicialmente os dados referentes a receita de 2020 em comparação com a dos anos imediatamente anteriores:

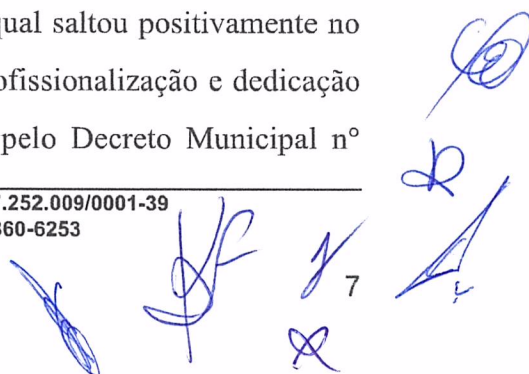
RECEITAS – BCPREVI							
RUBRICAS	PERÍODOS						
	2017	2018	VAR. % ¹	2019	VAR.% ¹	2020	VAR.% ¹
CONTRIB. RETIDAS	20.704.369,40	22.672.661,49	9,51	23.075.904,50	1,78	27.604.936,19	19,63
CONTRIB. PATRONAIS	40.350.583,86	45.189.652,16	11,99	46.469.963,23	2,83	55.882.601,41	20,26
APORTES FINANC.	6.058.591,22	11.400.000,00	88,16	16.800.000,00	47,37	11.769.184,34	-29,95
COMPREVI	1.204.417,55	750.804,91	-37,66	958.264,20	27,63	500.607,15	-47,76
RENDIM. DE APLICAÇÕES	38.358.043,63	44.558.301,04	16,16	88.505.476,51	98,63	37.680.046,50	-57,43
OUTRAS	347,44	8.711,52	2.407	62.906,98	622,11	2.708.812,11	4.206
TOTAL	106.676.353,10	124.580.131,12		175.872.515,42		136.146.187,70	

¹ Variação do ano em relação ao imediatamente anterior.

Receitas - BCPREVI



No gráfico acima percebe-se uma progressão paralela ascendente da linha das contribuições tanto retidas como patronais de 2013 a 2020. Nas arrecadações de COMPREV se observa uma diminuição no valor arrecado em 2020 em comparação aos dois exercícios imediatamente anteriores, isso dado aos pagamentos de COMPREV “RI”, óbitos neste ano, ausência de recebimentos de fluxo do passivo em 2020, bem como, falta de novas análises de processos encaminhados ao INSS por este órgão, em virtude da atual pandemia e da implantação do “novo Comprev”. Quanto aos Aportes financeiros para o equacionamento de déficit em 2020, previa-se o recebimento de R\$ 22.804.077,43, e assim, continuar a elevação esperada na arrecadação, visto a progressão das parcelas fixadas na Lei Complementar nº 15/2016, e Decreto Regulamentador nº 9.018/2018. Porém, com os impactos econômicos trazidos pelo Novo Coronavírus - Covid-19, foram suspensos os pagamentos das parcelas de julho a dezembro, deixando um saldo a repactuar de R\$ 11.034.893,09, o qual foi autorizado mediante promulgação da Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 2020. Na linha das receitas de rendimentos de aplicações financeiras ao longo dos períodos se nota uma escada ascendente até 2018 com destaque para o exercício de 2019, o qual saltou positivamente no gráfico, isso em decorrência principalmente da formalização, profissionalização e dedicação do Comitê de Investimentos do BCPREVI, que foi instituído pelo Decreto Municipal nº



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ - BCPREVI**

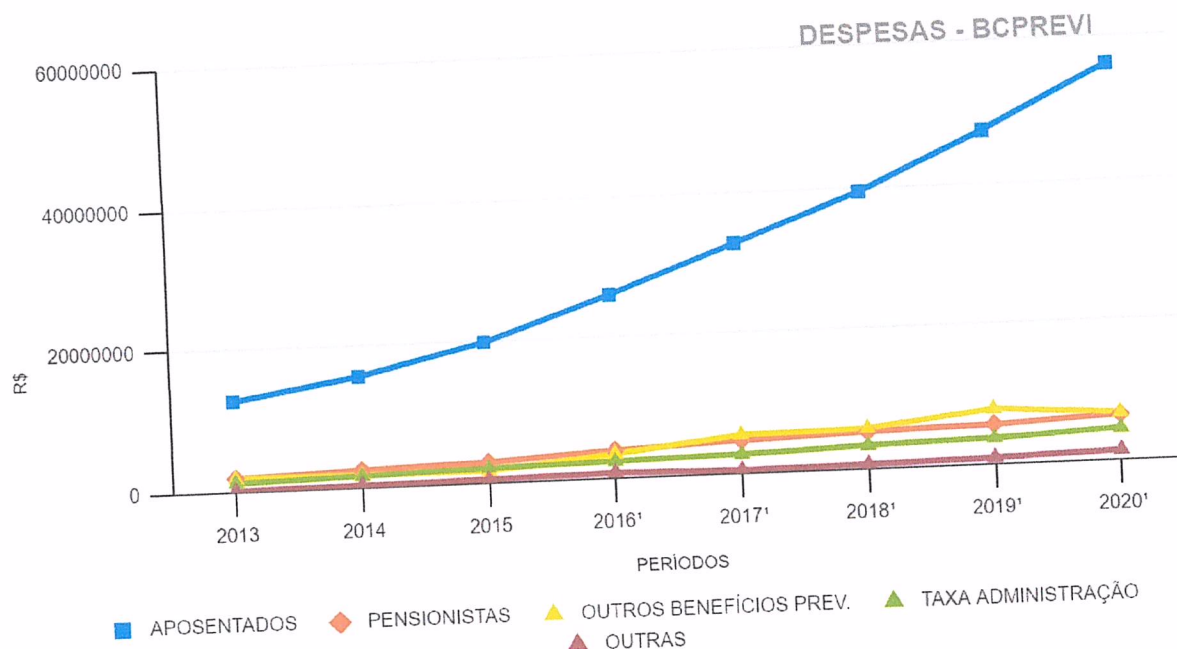


8.705 de 16 de novembro de 2017. Os rendimentos financeiros de 2019 para 2018 evoluíram 198,63%, e arrecadou 85,48% acima do previsto no orçamento inicial. Desta forma, a meta atuarial do BCPREVI em 2019, de “IPCA + 6% = 10,59%”, foi superada, findando em 19,76%, correspondendo a 186,59% da meta. Já em 2020, os impactos na atividade econômica global trazidos pela Pandemia atual, trouxe uma queda sistêmica nos mercados do mundo todo, sendo ainda mais prejudicial aos países subdesenvolvidos como o Brasil. Assim, a meta atuarial do BCPREVI em 2020, de “IPCA + 5,87% = 10,63%”, não foi atingida, performando em 5,16%, correspondendo a 48,54% da meta. Na média dos três últimos exercícios a meta *versus* rentabilidade fica assim representada: (meta = 31,14%); (rentabilidade = 34,62%). Performando 11,17% acima da meta atuarial.

Sobre as despesas do BCPREVI, abaixo segue quadro e gráfico para expor sua execução em 2020 em comparação aos anos de 2016 a 2018:

DESPESAS BCPREVI							
TIPO	2017	2018	VAR.% ¹	2019	VAR.% ¹	2020	VAR.% ¹
APOSENTADOS	32.701.683,79	39.456.187,06	20,65	47.349.999,50	20,01	55.939.060,17	18,14
PENSIONISTAS	4.656.565,73	5.218.464,63	12,07	5.626.127,28	7,81	6.413.272,71	13,99
OUTROS BENEFÍCIOS PREV.	5.430.367,14	5.713.970,23	5,22	7.799.485,86	36,50	6.717.241,46	-13,88
TAXA ADMINISTRAÇÃO	2.696.392,22	3.320.166,06	23,13	3.681.278,07	10,88	4.476.156,96	21,59
OUTRAS	463.734,07	632.436,30	36,38	891.882,15	41,02	1.367.692,90	53,35
TOTAIS	45.948.742,95	54.341.224,28	18,26	65.348.772,86	20,26	74.913.424,20	14,64

¹ Variação do ano em relação ao imediatamente anterior.



As Despesas de 2020 em relação a 2019 cresceram 14,64%, um pouco abaixo da média de crescimento dos últimos três anos imediatamente anteriores de cerca de 21,35%. Como se percebe no gráfico acima, as despesas com Aposentadoria seguem progressivamente em ascendência, porém seu ritmo de crescimento que vinha desacelerando a cada ano em torno de 5 pontos percentuais, 30,58%, 25,58% e 20,65% em 2016, 2017 e 2018 respectivamente, se manteve em 2019 em 20,01%, e em 2020 teve queda com 18,14% de aumento. Assim como as Despesas com Pensões que demonstram uma evolução mais lenta de um ano para o outro, 33%, 18,8%, 12,07% e 7,81% em 2016, 2017, 2018 e 2019 respectivamente, em 2020 cresceu 14%. Em 2016 e 2017 houve aumento de 57,84% das despesas com “Outros Benefícios Previdenciários” decorrentes de ajustes nas bases de cálculos destes benefícios. Em 2018 esta despesa variou 5,22%, em relação ao ano anterior, e em 2019 outra elevação relevante, 36,5%, devido principalmente ao aumento de servidores em auxílio doença. Em 2020, houve redução de 18,94% em relação a 2019. E cabe salientar que estes benefícios não serão mais desembolsados pelo BCPREVI em virtude da Emenda Constitucional nº 103/2019, a qual estabelece como atribuição dos RPPS o pagamento

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ - BCPREVI

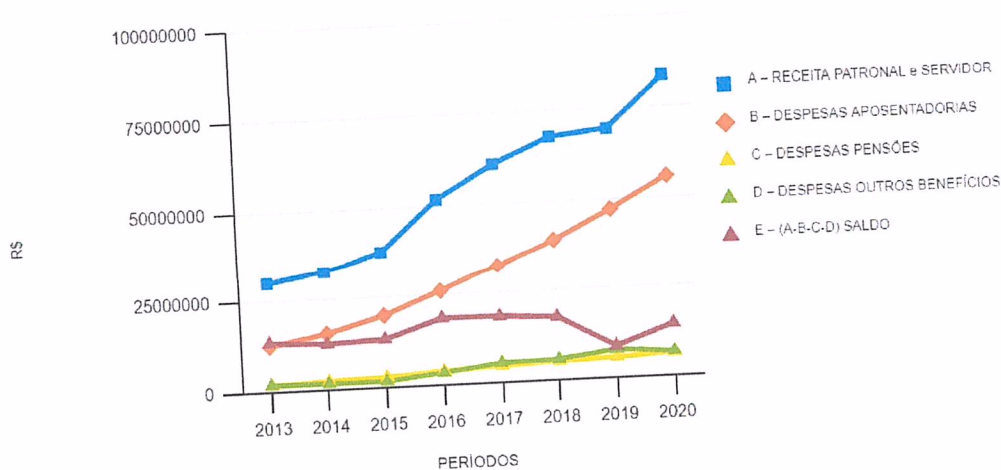


somente dos benefícios de aposentadorias e pensões. Abaixo segue quadro e gráfico sobre as receitas de contribuições e despesas com benefícios previdenciários, ou seja o resultado da principal atividade do BCPREVI:

EVOLUÇÃO DA RECEITA x DESPESAS							
RUBRICAS	PERÍODOS						
	2017	2018	VAR.% ¹	2019	VAR.% ¹	2020	VAR.% ¹
A – RECEITA PATRONAL e SERVIDOR	61.054.953,26	67.862.313,65	11,15	69.545.867,73	2,48	83.487.537,60	20,05
B – DESPESAS APOSENTADORIAS	32.701.683,79	39.456.187,06	20,65	47.349.999,50	20,01	55.939.060,17	18,14
C – DESPESAS PENSÕES	4.656.565,73	5.218.464,63	12,07	5.626.127,28	7,81	6.413.272,71	13,99
D – DESPESAS OUTROS BENEFÍCIOS	5.430.367,14	5.713.970,23	5,22	7.799.485,86	36,50	6.717.241,46	-13,88
E – (A-B-C-D) SALDO	18.266.336,60	17.473.691,73	-4,34	8.770.255,09	-49,81	14.417.963,26	64,40

¹ Variação do ano em relação ao imediatamente anterior.

CONTRIBUIÇÕES x DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS



Através destes dados acima pode-se comparar a evolução das Contribuições em relação aos desembolsos com Benefícios Previdenciários e seu resultado. Percebe-se na análise das curvas do gráfico que as contribuições apresentavam-se paralelas e em ascendência em relação aos pagamentos de benefícios até o exercício de 2020, com leve

fechamento em 2019, devido a um aumento inexpressivo de 2% nas arrecadações com contribuições, porém, com retomada em 2020, ou seja, aumento de 20% nesta receita. No exercício de 2019, houve queda do nível de crescimento das receitas operacionais do BCPREVI e uma considerável elevação das despesas operacionais, principalmente as despesas com pagamentos de aposentadorias com crescimento de 20%, sendo que em 2020 foi de 18%, ocasionando queda na sobra de recursos para capitalização. Até 2016 a evolução das contribuições superavam a evolução das despesas, o que mudou a partir de 2017, onde as despesas previdenciárias passaram a crescer mais que as receitas de contribuições dos servidores e patronais. Apesar de ambas, ao longo do tempo evoluírem com menos força, receitas e despesas previdenciárias, as contribuições crescem em menor percentual. Destaque para a linha do “saldo”, que em 2017, 2018 e 2019 passam a crescer menos que seu ano imediatamente anterior, e em 2020 volta a sobrar mais recursos, 64,4% acima do resultado no ano anterior, demonstrando uma quebra na sequência negativa dos últimos anos.

a) – 3. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS (art.9º LRF)

Não há informação a declarar.

a) – 4. RECONHECIMENTO DE PASSIVO POR INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

Não há informação a declarar.

a) – 5. PERMANÊNCIA DE RESTOS A PAGAR POR MAIS DE UM EXERCÍCIO.

Os restos a pagar inscritos no BCPREVI que são levados por mais de um exercício financeiro são referentes à saldos de rescisão por falecimento do aposentado ou pensionista, aos quais aguardam por despacho de alvará judicial com a liberação dos recursos aos herdeiros dos valores.

RESTOS A PAGAR INSCRITOS	
TIPO	SALDO A PAGAR
RP não Processados	51.048,64
RP Processados e não Proc.Liquidados	52.695,26
Total dos RP	103.743,90

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) – Quadro de Pessoal: (anexo V, Item III, alínea “a”)

SALÁRIO COMISSIONADOS – 2020

Mês/2020	Comissionados		Efetivos Cedidos ¹		Estagiários	
	Qdd.	R\$	Qdd.	R\$	Qdd.	R\$
Janeiro	06	37.390,00	08	48.310,44	02	2.493,60
Fevereiro	06	31.618,25	07	34.250,53	02	2.542,83
Março	05	37.176,97	06	33.234,26	03	3.133,61
Abril	05	25.938,97	06	29.923,29	03	3.135,00
Maio	05	48.060,47	06	29.646,86	03	3.125,83
Junho	05	39.496,76	06	32.734,14	03	3.133,95
Julho	05	44.373,54	06	32.809,14	04	4.174,66
Agosto	05	36.999,72	06	32.874,00	04	3.622,67

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ - BCPREVI



Setembro	05	34.606,82	06	32.924,27	04	4.176,40
Outubro	05	36.999,72	06	34.910,40	04	4.104,30
Novembro	05	38.306,36	06	34.239,24	04	4.180,00
Dezembro	05	36.999,72	06	33.789,37	04	4.149,23
13º Salário	05	32.346,49	06	30.973,56		
TOTAL		480.313,79		440.619,50		41.972,08

¹ Efetivos cedidos: o ônus desta despesa a partir de 2020 passou a ser do BCPREVI, através de reembolso às origens.

b) – Contratos de Terceirização (anexo V, Item III, alínea “b”)

Não há informação a declarar.

c) – Demonstrativos dos benefícios previdenciários: (anexo V, Item III, alínea “c”)

SALÁRIO APOSENTADOS E PENSIONISTAS - 2019

Mês/2020	Número de Aposentados	R\$ Aposentados	Número de Pensionistas	R\$ Pensionistas
Jan	722	4.144.166,20	175	457.416,96
Fev	731	4.184.170,35	175	451.181,71
Mar	732	4.204.574,82	175	451.181,71
Abr	733	4.209.728,42	175	510.772,34
Mai	744	4.269.855,46	177	491.707,96
Jun	750	4.311.072,23	178	485.545,33
Jul	754	4.360.038,90	179	486.318,18

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ - BCPREVI



Ago	758	4.369.522,44	180	490.713,76
Set	766	4.392.273,12	183	529.106,97
Out	770	4.413.058,88	185	522.916,04
Nov	773	4.442.169,99	185	518.776,55
Dez	772	4.431.910,01	186	523.706,11
13°Sal	771	4.255.882,35	186	493.192,78
TOTAL		55.988.423,17		6.412.536,40

d) Remuneração paga a membros de diretoria, conselho de administração, fiscal da Unidade Gestora (anexo V, Item III, alínea "d")

Remuneração aos membros do comitê de investimentos do BCPREVI "Jeton" nomeados pelo decreto Municipal nº 8.705 de 16 de novembro de 2017

Mês/2020	Qdd	R\$
Janeiro	03	6.595,68
Fevereiro	03	6.595,68
Março	03	6.595,68
Abril	03	6.595,68
Maio	03	6.595,68
Junho	03	6.595,68
Julho	03	6.595,68
Agosto	04	6.595,68
Setembro	03	6.595,68
Outubro	03	6.595,68
Novembro	03	6.595,68
Dezembro	03	6.595,68
TOTAL		79.148,16

IV – INFORMAÇÕES TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS (anexo V, Item IV)

Não há informação a declarar.

V – INFORMAÇÕES LICITAÇÕES E CONTRATOS (anexo V, Item V, alínea “a” e “b”)

NÚMERO	FORNECEDOR	VALOR	MODALIDADE
003/2018.02	Cotrans Locação Veículo Ltda	18.720,00	218/2017 - PRG
003/2019.1	Pública Tecnologia Ltda	18.972,00	002/2019 - IL
004/2019.1	Valmir J.C.Tico	73.364,64	001/2019 - DL
005/2019.1	A4 Digital Print Ltda	4.010,16	055/2019 - RP
006/2019.1	Valmir J.C. Tico	18.000,00	003/2019 - DL
009/2019.1	Perfilweb inf.Ltda	9.000,00	Dispensa
001/2020	A4 Digital Print Ltda	1.501,08	055/2019 - RP
002/2020	Herzog Cons.Med.Ltda	17.100,00	Dispensa
003/2020	Actuary Serv.Inform.Ltda ME	16.800,00	Dispensa
004/2020	LDB Cons.Financeira Ltda	15.000,00	Dispensa
005/2020	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	5.000,00	Inexigibilidade
006/2020	Briojaragua Com.Prod.Ltda	444,00	087/2020 - PE
007/2020	Essenza Ind.Quim.Eireli	296,94	087/2020 - PE

Publicação realizada no Diário Oficial do Município bem como em jornal de Circulação Municipal e site do município. (www.bc.sc.gov.br).

VI, VII, VIII – OUTRAS INFORMAÇÕES (anexo V, Item VI, VII, VIII)

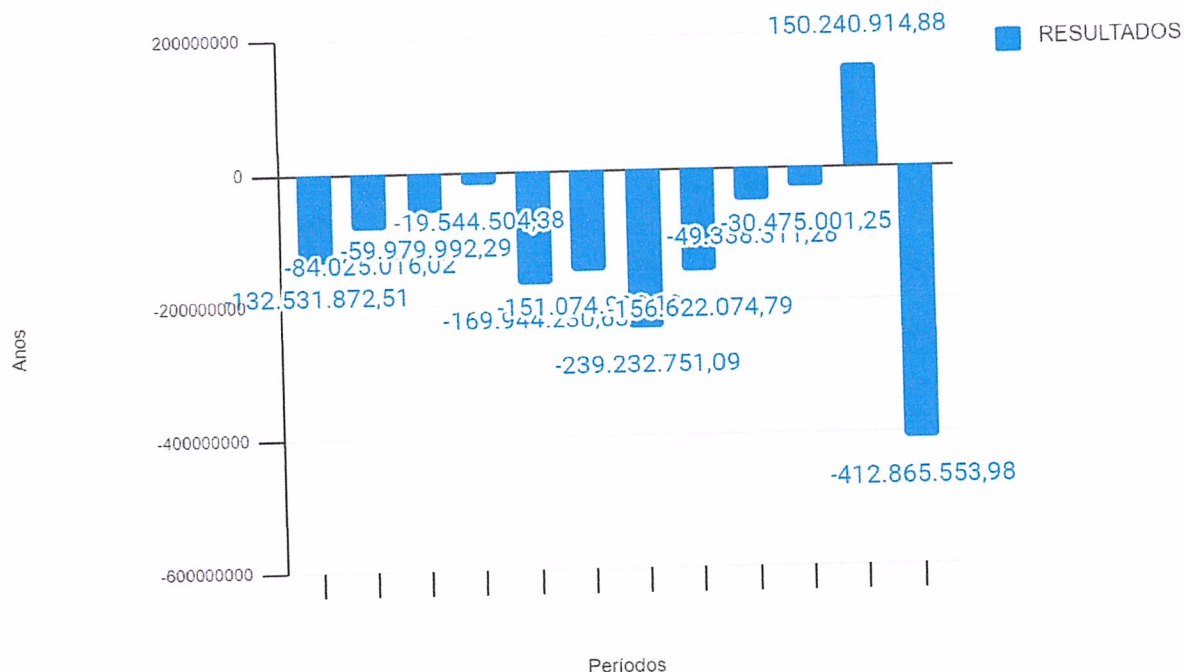
Não há informação a declarar.

VI – CONTEÚDO COMPLEMENTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE
ENTIDADE ADMINISTRADORA DE REGIMES PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA:

I – Avaliações atuariais:

ANOS	RESULTADOS
2020 (ano base 2020)	-412.865.553,98
2020 (ano base 2019)	150.240.914,88
2019 (ano base 2018)	-30.475.001,25
2018 (ano base 2017)	-49.338.311,28
2017 (ano base 2016)	-156.622.074,79
2016 (ano base 2015)	-239.232.751,09
2015 (ano base 2014)	-151.074.998,19
2014 (ano base 2013)	-169.944.230,63
2013 (ano base 2012)	-19.544.504,38
2012 (ano base 2011)	-59.979.992,29
2011 (ano base 2010)	-84.025.016,02
2010 (ano base 2009)	-132.531.872,51

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ATUARIAIS



O déficit atuarial apurado em 2019, ano base 2018, foi equacionado através da Lei Complementar Municipal, nº 15/2016, e Decreto nº 9.018 de 26 de julho de 2018, na forma de aportes anuais, mas pagos em parcelas mensais, a serem atualizadas a cada novo Cálculo Atuarial.

II – Contribuições não recebidas: O RPPS de Balneário Camboriú não têm parcelas de contribuições, retidas dos servidores ou patronais, não recebidas pelo ente municipal. Desta forma, não há regime de parcelamento de contribuições não recebidas.

III - Alíquotas: As alíquotas de contribuições dos servidores e do ente são respectivamente, 11% e 22%. Não há alíquotas suplementares, uma vez que o déficit atuarial foi equacionado por meio de Aportes. Tramita na Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú projeto de lei para alterar a alíquota de contribuição dos servidores ativos do município para 14% visando alinhamento com a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019. A alíquota patronal não sofrerá modificação.

IV - Informações do Déficit:

Vide dados do item "I – Avaliações atuariais"

V – Taxa de Administração:

Taxa de administração é o percentual estabelecido em legislação de cada ente, para custear as despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS. Dispõe o artigo 15 da Portaria MPS nº 402/2008, que será de até dois pontos percentuais do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior, conforme percentual definido em lei de cada ente.

A lei de criação do BCPREVI, nº 2.421 de 2004, em seu artigo 24, Parágrafo único, estabelece o regramento da taxa de administração:

Parágrafo Único: A taxa de administração prevista para o pagamento de despesas de manutenção não poderá exceder a 2% (dois por cento) do valor total da remuneração, subsídios, proventos e pensões pagos aos segurados e beneficiários (dependentes) do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, abrangidos por seus Poderes Legislativo e Executivo, incluídas suas autarquias e fundações no exercício financeiro anterior.

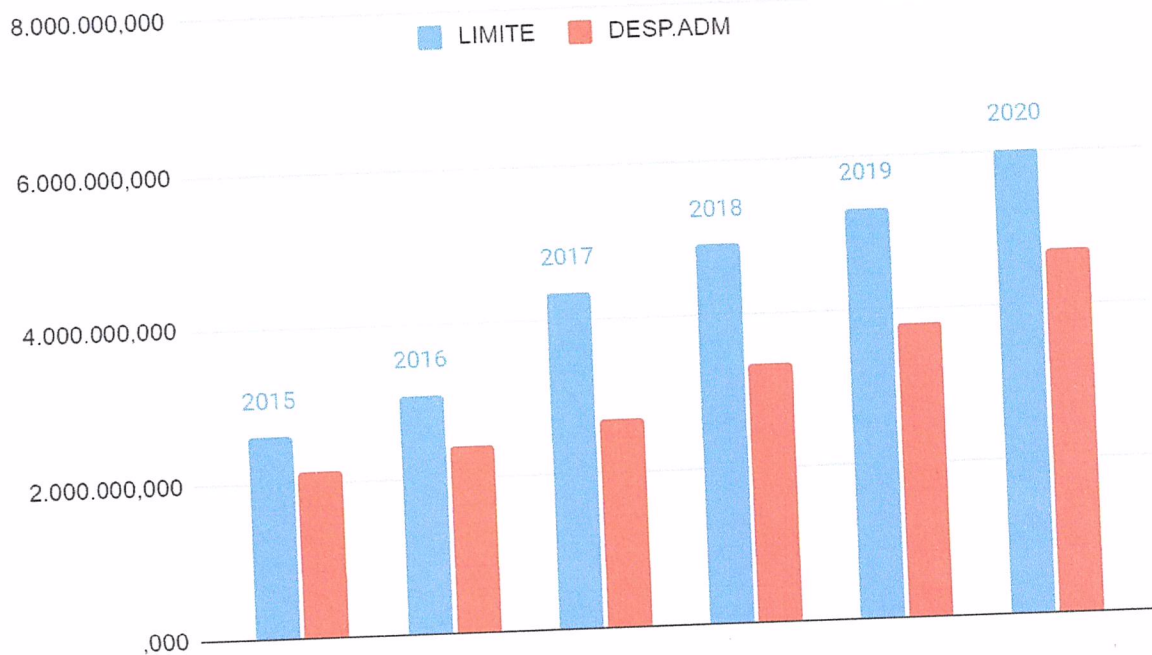
CONTROLE DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO 2020/2021							
Mês/2020	Remun. Ativos	Remun. Inativos	Total	Limite mensal 2020	Gastos adm em 2020	excesso / economia de despesa	% utilizado do mês
Janeiro	24.431.733,53	4.602.446,00	29.034.179,53	462.438,42	383.825,12	78.613,30	83,00%
Fevereiro	21.555.402,20	4.636.246,24	26.191.648,44	462.438,42	334.492,74	127.945,68	72,33%
Março	21.745.499,05	4.656.619,37	26.402.118,42	462.438,42	395.305,82	67.132,60	85,48%
Abril	20.854.366,51	4.721.363,60	25.575.730,11	462.438,42	328.594,25	133.844,17	71,06%

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ - BCPREVI



Maio	21.257.651,72	4.762.393,46	26.020.045,18	462.438,42	354.396,10	108.042,32	76,64%
Junho	21.273.081,19	4.797.384,92	26.070.466,11	462.438,42	417.723,66	44.714,76	90,33%
Julho	23.964.920,97	4.847.124,44	28.812.045,41	462.438,42	344.234,03	118.204,39	74,44%
Agosto	21.681.607,44	4.861.003,56	26.542.611,00	462.438,42	322.827,54	139.610,88	69,81%
Setembro	21.186.256,54	4.922.147,45	26.108.403,99	462.438,42	335.224,03	127.214,39	72,49%
Outubro	21.093.205,14	4.936.679,60	26.029.884,74	462.438,42	477.059,58	-14.621,16	103,16%
Novembro	21.444.033,45	4.961.682,56	26.405.716,01	462.438,42	328.245,03	134.193,39	70,98%
Dezembro	41.574.648,71	9.705.427,27	51.280.075,98	924.876,84	664.591,11	260.285,73	71,86%
Total	282.062.406,45	62.410.518,47	344.472.924,92	6.011.699,46	4.686.519,01	1.325.180,45	9,42
Taxa Adm. Para 2021 – 2%			6.889.458,50	% gasto em 2020 com Tx.Adm.		1,56	
Proporção mensal – 12 meses (+) 13°			529.958,35	% da Tx.Adm 2020 utilizada		77,96%	

EVOLUÇÃO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO



ANO	LIMITE	DESP ADM	% UTILIZADO
2015	2.606.128,57	2.154.210,60	1,65
2016	3.066.021,03	2.416.121,84	1,58
2017	4.332.142,72	2.696.392,22	1,24
2018	4.910.767,97	3.320.166,06	1,35
2019	5.323.330,41	3.789.247,06	1,42
2020	6.011.699,46	4.686.519,01	1,56

Através das tabelas e gráficos acima, percebe-se que o limite disponível para utilização com taxa de administração era de R\$ 6.011.699,46, sendo que foi realizado 77,96% deste valor, R\$ 4.686.519,01. Desta forma, o percentual disponível que é de 2%, ficou ao término de 2019 em 1,56%. Percebe-se ainda, que o valor limite a ser gasto com despesas administrativas do BCPREVI em 2021 é de R\$ 6.889.458,50.

Apresenta-se acima o histórico de utilização da taxa administrativa dos últimos anos do BCPREVI, sua evolução quanto aos limites bem como aos efetivamente utilizados como gastos considerados como taxa de administração.

DEMAIS ATOS PERTINENTES

a) Serviços para Beneficiários:

ATENDIMENTOS		
Descrição	2019	2020
Atendimentos da Recepção	492	289
Aposentadorias Deferidas	72	79
Aposentadorias Indeferidas	13	22
Pensões Deferidas	9	15
Pedidos Cancelados	10	17
Pedidos de Abono de Permanência	48	26
Pedidos em Tramitação	21	11
Processos enviados ao TCE- SC	112	93
Diligências atendidas - TCE - SC	14	34
Visitas externas Sociais e Institucionais	117	23

b) Programa de Pré e Pós aposentadoria:

O PPA Servidor é um programa desenvolvido em conjunto pelas secretarias de Gestão Administrativa, Pessoa Idosa e BCPREVI. O PPA Servidor funciona com palestras mensais sobre o tema da aposentadoria que são oferecidos aos servidores ativos e inativos. O público-alvo de cada palestra é definido por secretarias para que os grupos de participantes estejam numericamente de acordo com o espaço para a realização dos encontros, que terão lugar no BCPREVI. Em 2019 foram 505 servidores atendidos pelo programa, sendo 163 na parte da pré-aposentadoria e 342 no pós aposentadoria.

c) Atos jurídicos:

01. Atos de auxílio ao gabinete do Presidente, e Setores: Financeiro, Contábil, Administrativo, e de Benefícios, deste órgão:

- a) Comunicados;
- b) Consultas ao TCE/SC;
- c) Portarias;
- d) Monitoramento de site;
- e) Acompanhamento de curso e atualidades jurídicas e do mercado financeiro;

02. Atos judiciais em prol deste Instituto (aproximados 60 atos/processos-jud./ano):

- a) Petições Intermediárias, Impugnações a Laudos Periciais, Manifestações, e afins (50), Contestações (03);
- b) Recursos ao TJSC, STJ, STF (às 2ª e última Instância, aproximados 07 atos/processos/ano);

03. Atos diversos extrajudiciais (aproximados 160 atos/processos-adm./ano):

- a) Elaboraões, análises, ajustes, aos Contratos e/ou Aditivos;
- b) Notificações Extrajudiciais;
- c) Ofícios (ano passado, 41);
- d) Pareceres Jurídicos (também em documentos), preventivo e coercitivo, previdenciário e reflexos - investimentos, BCB, CVM, e afins;
- e) Estudos de casos;
- f) Auxílio e atendimentos ao balcão, telefone, e afins;
- g) Atendimento jurídico aos servidores ativos e inativos, e pensionistas;
- h) Apoio na abertura e fechamento do Ente;
- i) Comissões administrativas.

c) Atos do Conselho Fiscal:

O Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Balneário Camboriú – BCPREVI, com fundamento na alínea e do artigo 7º do Regimento Interno

aprovado em 21 de maio de 2019, elabora o Relatório das atividades desenvolvidas no exercício de 2020.

Este conselho, devido a pandemia ocasionada pelo COVID-19, reuniu-se em três reuniões ordinárias nas quais executou, no uso das suas atribuições legais, as atividades definidas na Lei n. 2.421/2004 e no Regimento Interno, conforme descrito abaixo:

1. Aprovação do calendário de reuniões de 2020; Análise das contas do 5º e 6 Bimestre de 2019; Análise e elaboração do Parecer sobre o Relatório do Comitê de Investimentos referente aos meses de novembro e dezembro;
2. Elaboração e aprovação do Relatório de Governança Corporativa referente às atividades de 2019.
3. Análise do relatório do Comitê de investimentos referente aos meses de janeiro a setembro de 2020,
4. Emissão do parecer sobre as contas do exercício de 2019.
5. Análise mensal das contas do Instituto referente aos meses de janeiro até setembro de 2020.

Conclusão

Diante do exposto, para fins de transparência das atividades desenvolvidas por este conselho, os membros do conselho fiscal do BCPREVI declaram que as atividades acima foram executadas em 2020, a fim de cumprir as atribuições deste conselho.

d) Atos do Conselho Administrativo:

Este relatório apresenta a síntese das atividades realizadas pelo Conselho Administrativo do BCPREVI durante o período de janeiro a dezembro de 2020, voltadas ao aperfeiçoamento das práticas de gestão administrativa e demais adequações com vistas a entregar aos servidores um instituto de excelência.

Para tanto, no cumprimento de suas competências previstas no art. 15 da Lei Ordinária nº 2.421 de 2004, os conselheiros não pouparam esforços no sentido de bem administrar com sucesso, zelo e eficiência as questões administrativas, contábeis, financeiras e de recursos humanos, assim sendo, reuniram-se ordinariamente 04 (quatro) vezes, conforme cronograma aprovado na primeira reunião.

No sentido de realizar um aprimoramento constante os conselheiros participaram de eventos de capacitação realizados em um primeiro momento pela própria equipe do instituto, posteriormente em eventos realizados pela Associação dos Institutos Municipais de Previdência de Santa Catarina – ASSIMPASC e pela Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais – ABIPEM.

A participação nesses eventos deu subsídio para a atuação do Conselho frente ao maior projeto desenvolvido pelo BCPREVI, que foi a manutenção da conquista da certificação no Pró-Gestão, conquistada em 2019, mediante o reconhecimento da excelência e das boas práticas de gestão que foram implementadas, como a realização da Audiência Pública Anual e realização do mapeamento de processo.

Outras atividades desempenhadas pelo Conselho foram as seguintes:

- Alteração Código de Ética;
- Análise, Deliberação e Aprovação do Plano de Ação de Capacitação 2020;
- Análise, Deliberação e Aprovação do Plano de Ação Anual 2020;
- Análise, Deliberação e Aprovação da Política de Investimentos 2020;
- Criação de Grupo de estudos sobre Previdência Complementar;
- Análise do parecer do Conselho Fiscal sobre os balanços Contábeis do Instituto;


Essas e outras atividades no ano de 2020 demonstram que com dinamismo e transparência na condução de suas responsabilidades institucionais, os Conselheiros conseguiram alcançar os objetivos propostos, norteados pelo seu Plano de Trabalho, reconhecendo sempre que tudo o que foi executado só é possível por meio da colaboração irrestrita que o corpo técnico do Instituto forneceu durante toda essa jornada.

* Observação: A ordem numérica deste relatório segue os itens conforme estabelece a Instrução Normativa TC nº 20/2015, em virtude disso, alguns itens foram suprimidos e não constam nesta peça pela inexistência da informação.

Diretoria executiva:



JONATHAN LAURO ROSSI MACHADO
Diretor Presidente




ROGÉRIO KUNZLER
Diretor financeiro



RICARDO LUCAS DA SILVA DEMONTI
Procurador

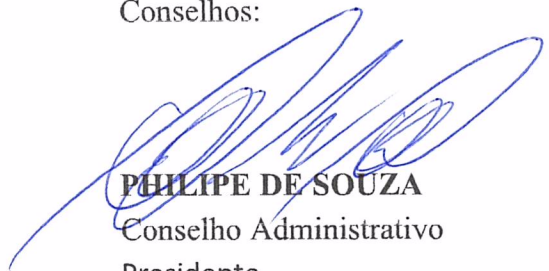


KALINKA DUARTE FLORIANO
Diretora de Benefícios




KAROEN MELLO
Coordenadora Administrativa

Conselhos:



FELIPE DE SOUZA
Conselho Administrativo
Presidente



CAMILA BREHM DA COSTA
Conselho Fiscal
Presidente